



O PNAIC E SUA ATUAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES: Uma visão a partir dos coordenadores municipais e Professores Orientadores de Estudo – Polo de Sobral – CE.

MARIA NÉLIA HELCIAS MOURA VASCONCELOS
FRANCISCA FRANCIRENE TOMAZ PARENTE
JOSÉ ROSSICLEITON DE FREITAS

EIXO: 18. FORMAÇÃO DE PROFESSORES. MEMÓRIA E NARRATIVAS

O presente trabalho é uma pesquisa sobre o PNAIC e sua atuação na formação dos professores alfabetizadores. Visa analisar também os resultados positivos da atuação do pacto nos municípios, primando para os resultados no processo de alfabetização e letramento das crianças. Fundamenta-se no referencial teórico em Simonetti, Soares e Duarte que darão suporte teórico para o desenvolvimento desse estudo.

1. Introdução

Fazendo uma retrospectiva da atuação do PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa durante esse primeiro ano de atuação, procura-se refletir a repercussão do programa de formação nos municípios que fazem o Polo de Sobral – CE. Essa reflexão está embasada no contexto de alguns municípios que fazem este Polo e que deram sua contribuição valiosa respondendo aos questionamentos propostos sobre a atuação e repercussão do PNAIC em seus municípios.

Sendo assim, o presente artigo trata de um breve diálogo acerca do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), ação desenvolvida na esfera federal e implantada no estado do Ceará com o objetivo de criar o Ciclo Básico de Alfabetização, do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental e com a proposta de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade.

A motivação para a produção desse artigo deu-se no Seminário Final do PNAIC, após um ciclo anual de formação nos polos, presenciando as fragilidades e habilidades dos municípios, representadas pelas falas dos coordenadores municipais e professores orientadores de estudos. Também foi fonte de pesquisa para a escrita desse artigo os relatórios mensais recebidos pelas formadoras e supervisor do Polo de Sobral.

Não se pode negar que o estudo aqui apresentado se deu também através das inquietações do polo ao qual se refere no artigo, após a avaliação das ações desenvolvidas durante o ano de 2013, pois sentia-se a necessidade de registrar uma produção científica contextualizando o processo educacional brasileiro, destacando o estado do Ceará que tem uma particularidade no processo de alfabetização das crianças cearenses.

O estado do Ceará trabalha desde o ano de 2004, quando foi criado o Comitê Cearense para a eliminação do Analfabetismo Escolar, com um Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC, programa este que motivou o Ministério da Educação a criar outro, de forma similar, em âmbito nacional. Sendo assim, o Ceará estava com passos adiantados com referência a alfabetização de suas crianças.

Os dados foram colhidos no período de 05 a 15 de abril/2014, através de questionário aplicado aos coordenadores municipais que efetuaram atividades do Pacto no polo de Sobral no decorrer do ano 2013.

Quanto aos objetivos, pretende-se fazer uma reflexão sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), frente ao processo educacional nos municípios assistidos pelo polo de SOBRAL (CE). Também objetiva-se

identificar quais os impactos percebidos pelos municípios em vista das experiências adquiridas por eles durante o período trabalhado com o PAIC.

Diante dos dados coletados através dos questionários considerou-se, portanto, que o programa de formação, um dos quatro eixos de atuação do PNAIC teve contribuições bastante significativas nos municípios participantes, conforme depoimentos disponibilizados pela população pesquisada. Observou-se também um interesse grande dos municípios em continuar pactuados para o novo ciclo de formação e atuação do PNAIC.

1. Alfabetização e letramento e os conceitos ao longo da história

A educação brasileira vem passando por constantes transformações no que se refere a processo de alfabetização das crianças. As transformações acontecem tanto no suporte pedagógico e didático quanto ao que se refere à temporalidade, pois hoje o ingresso das crianças no primeiro ano do ensino fundamental acontece aos seis anos de idade, completos ou não, pois de acordo com a Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, de 20 de setembro de 2013 define “ *dessa forma, o Ministério Público Federal pretende garantir, em sede de tutela antecipada, o acesso à pré-escola e ao primeiro ano do ensino fundamental às crianças que completarem quatro e seis anos, respectivamente, no decorrer do ano letivo, mediante avaliação psicopedagógica*”. Sendo assim, em alguns casos, as crianças entram no primeiro do ensino fundamental com cinco anos e alguns meses.

Ao fazermos uma breve retrospectiva sobre as concepções de alfabetização desde o início da escolarização do Brasil, evidenciamos os primórdios da tamanha desigualdade social e educacional que aterroriza o país. No Brasil, terra de Contra-Reforma, a alfabetização esteve vinculada à catequese e à conversão da população indígena. De cunho religioso, o ensino ministrado durante quase 300 anos em terras brasileiras estava a cargo dos jesuítas, cuja missão evangelizadora consistia em recrutar fiéis e servidores para a Igreja Católica Apostólica Romana. Tal educação era estendida aos filhos dos colonos, que frequentavam as mesmas escolas das crianças indígenas (DUARTE, 2006, p.17).

Como tão bem evidencia a autora, alfabetizar, de acordo com os relatos históricos estava longe da concepção atual, era preciso aprender a ler para catequizar-se, mas não era importante compreender os ensinamentos religiosos, pois só a forma e eloquência do discurso tornava o sujeito convincente.

No que se refere ao processo de alfabetização, hoje não se concebe a alfabetização sem o letramento, como mostra SIMONETTI (2007) “o nosso desafio de alfabetizar e letrar na escola é conseguir que as crianças leiam e escrevam de forma espontânea, criativa, construtiva e que possam inserir-se no universo da cultura escrita”. Não existe mais o espaço do ensino do bê-á-bá, mas uma forma que desperte na criança o gosto pela leitura e que ela entenda a funcionalidade do texto lido.

Alfabetização seria um processo de representação de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler). (...) Alfabetização é um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito (SOARES, 2003, p. 16).

Dessa forma, concorda-se a autora, pois percebe-se que os alunos de tempos atrás, simplesmente decodificavam os sinais gráficos, mas não tinham uma compreensão sobre o significado das letras escritas. Representar fonemas e grafemas não desenvolvia a habilidade total de estar alfabetizado e letrado.

De acordo com o caderno de formação do PNAIC (2012) aos oito anos de idade, as crianças precisam compreender o funcionamento do sistema de escrita e, além disso, adquirir também o domínio das correspondências grafofônicas, pois mesmo que adquiram habilidades para compreensão das convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais difíceis, a fluência de leitura terá como resultado a produção de textos escritos.

É imprescindível fazer o destaque no que diz Duarte,

Sob a visão da análise de Soares (2001), foi aí que deu-se o erro. Ninguém aprende a ler e a escrever se não aprender relações entre fonemas e grafemas, para codificar e para decodificar. Isso é uma parte específica do processo de aprender a ler e a escrever. Esse modo de ver as coisas fez com que o processo de alfabetização como técnica ficasse desprestigiado. Antigamente, tinha-se uma cartilha onde a verdade era exclusivamente o que ela dizia e o professor não precisava de fundamentações teóricas. Hoje acontece o contrário, todos têm uma bela teoria construtivista da alfabetização, mas não têm método. Se antigamente havia método sem teoria, hoje temos uma teoria sem método. E é preciso ter as duas coisas: um método fundamentado numa teoria e uma teoria que produza um método(2006, p.35).

Faz-se necessário compreender que “*Emília Ferreiro e Ana Teberosky nunca negaram a possibilidade de um método de*

alfabetização. O que elas criticam são os métodos tradicionais” Simonetti, 2007.

Com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa junta-se conceitos e métodos diferenciados com um convite de alfabetizar todas as crianças até 08 anos de idade ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Para que, de fato, as crianças estejam alfabetizadas aos oito anos de idade, necessitamos promover o ensino do sistema de escrita desde o primeiro ano do Ensino Fundamental e garantir que os conhecimentos relativos às correspondências grafofônicas sejam consolidados nos dois anos seguintes. Por outro lado, não basta dominar o Sistema de Escrita Alfabética, mas a criança deve desenvolver a habilidade de fazer uso desse sistema em diversas situações comunicativas (CADERNO APRESENTAÇÃO, 2012, P. 7).

Hoje, compreende-se que a alfabetização e letramento precisam caminhar lado a lado, pois vive-se em uma sociedade com placas, letreiros, propaganda e as crianças fazem parte desse contexto social e trazem seus conhecimentos para a escola, levando a uma tomada de postura do professor alfabetizador.

1. Repercussão do PNAIC nos municípios do Polo de Sobral – CE.

Com a assinatura do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa, os gestores municipais comprometeram-se a criar condições para exercer as atividades inerentes ao pacto, criando condições para a formação anual, dando suporte técnico para o acompanhamento dos professores orientadores de estudos aos professores alfabetizadores, agilizando na entrega dos materiais e oportunizando o sucesso do pacto como resultado da aprendizagem das crianças.

Não pode-se evidenciar que somente a assinatura do pacto foi motivo crucial para o sucesso ou não do mesmo, mas se faz necessário pensar na postura dos gestores municipais frente a divulgação pública dos resultados de avaliações em larga escala, como a Prova Brasil, que também mexeu com a consciência administrativa e políticas dos gestores.

Assim, surgiu o PNAIC *“compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental”*, INEP, 2012.

Na história do Brasil, temos vivenciado a dura realidade de identificar que muitas crianças tem concluído sua escolarização sem estarem plenamente alfabetizadas. Assim, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) surge como uma luta para garantir o direito de alfabetização plena a meninas e meninos, até o 3º ano do ciclo de alfabetização. Busca-se, para tal, contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores. Este Pacto é constituído por um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas a serem disponibilizados pelo MEC, tendo como eixo principal a formação continuada de professores alfabetizadores (PNAIC, 2012)

Como se observa, mesmo o Ceará vivenciando um programa de formação e avaliação por um longo período, sente-se a necessidade dos municípios em implementar mais o que se sabe, somar os esforços para obter sucesso na alfabetização de suas crianças.

Em alguns pontos no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa há uma semelhança com o Programa de Alfabetização na Idade Certa, o que facilitou o sucesso do pacto nos municípios. Os quatro princípios centrais do PNAIC que são: O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador; O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;

Conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade; A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem, evidenciam o que já era trabalhado no PAIC, trazendo o contexto social de um mundo letrado para a sala de aula.

De acordo com a proposta do PNAIC (2012) a alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual e professor tem a função de auxiliar na formação para que o aluno exerça sua cidadania e tenha sucesso em sua vida. O professor precisa ter objetivos claros, ter conhecimento do que ensina e de como o aluno aprende. É nesse momento que a formação atinge seus objetivos, pois leva ao professor alfabetizador a ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática.

Segundo o INEP (2012), ao aderir ao Pacto, os entes governamentais se comprometem a:

Alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática;

Realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental; Apoiar os municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação.

Sendo assim, as ações do PNAIC estão fundamentadas em quatro **eixos de atuação** que são a Formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo; Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; Avaliações sistemáticas; Gestão, mobilização e controle social, que serão trabalhados nos municípios.

Diante do exposto, percebe-se através das respostas adquiridas na aplicação do questionário em alguns municípios do Polo de Sobral que o PNAIC desenvolveu seus princípios centrais, pois como menciona a equipe de formadores e coordenadora municipal de Croatá *“O Programa Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC trouxe para o município de Croatá a possibilidade de nossos professores estarem estudando o processo de alfabetização de uma criança e com isso melhorando sua atuação nas salas de aula”*

De acordo com o município de Santana do Acaraú:

Durante o ano de 2013 as formações foram bem participadas, com uma frequência excelente dos participantes, e foram trabalhadas em momento de estudo e trabalho em grupo, sensibilização, leitura de leite e vídeo. Cada momento foi muito importante para a formação de nossos professores alfabetizadores porque no momento da sensibilização sempre trabalhávamos a construção de valores que atual caíram em desuso, o momento da leitura deleite foi uma riqueza já que os próprios alfabetizados perceberem que para despertar o interesse de ler dos alunos o professor tem que gostar de ler, no momento de estudo e trabalho o grupo estudaram, trocaram saberes, apresentaram resultados, e o momento do vídeo sempre vinha de forma mais dinâmica fortalecer os saberes adquiridos, enfim foram formações bem sucedidas que facilitaram a vida profissional dos nossos professores alfabetizadores (2014).

O município de Reriutaba intensifica a importância do PNAIC, dizendo que o pacto veio somar esforços ao PAIC, incrementando ainda mais o trabalho pela alfabetização das crianças cearenses. O PNAIC oportunizou a fomentação da formação dos professores alfabetizadores, fortalecendo a práxis através das reflexões, das observações junto a sua prática.

Na condensação dos dados coletados observa-se que todos os municípios do polo de Sobral que responderam o questionário, atribuíram importância fundamental ao PNAIC, como explicita a fala de uma professora alfabetizadora:

Estou adquirindo concepções que estão ajudando a reciclar e mudar a minha prática pedagógica e com isso acredito que a alfabetização na idade certa tem tudo para dar certo. Acredito que o PNAIC vem de encontro com aqueles que se preocupam de alguma forma com uma educação de qualidade, pois o futuro do nosso país tem tudo para ser melhor se valorizarmos a educação (PROFESSORA ALFABETIZADORA, 2013).

No que se refere aos pontos negativos ou falhas os municípios apontam a falta dos coordenadores municipais nas formações e a logística das formações. Falhas estas que foram citadas por alguns municípios. A demora na entrega do material, a dificuldade ao acesso de alguns professores alfabetizadores nas formações, o atraso no pagamento das bolsas, dificuldades no uso do SISPACTO e a falta de orientações para sua utilização.

Dessa forma, avalia-se que o PNAIC obteve bons resultados nos municípios, pois em todos eles foram apontadas as contribuições como a formação dos professores, levando-os ao estudo teórico e fazendo o alinhamento com sua prática, dando suporte pedagógico através de jogos e livros para melhorar o processo de alfabetização e letramentos das crianças. O sucesso e assiduidade nas formações, contando com o incentivo da bolsa, a aplicação da prova ANA que consolidou as ações desenvolvidas. Outro item que foi salutar, a diminuição da distorção série/idade e um melhor desenvolvimento educacional na aquisição do Sistema de Escrita Alfabética.

4.Considerações Finais

Assim, este artigo traz contribuições para o alargamento da consciência dos professores orientadores de estudo, coordenadores municipais e professores alfabetizadores, tendo como foco o sucesso na alfabetização das crianças cearenses. Também promove uma reflexão sobre a sua prática, tendo condições de estabelecer um vínculo entre a teoria e prática.

Conclui-se, portanto, que mesmo com as dificuldades apresentadas na implantação e execução do PNAIC, foi possível atingir os objetivos propostos, vendo uma demonstração clara na mudança da prática do professor durante a apresentação dos trabalhos desenvolvidos nos Seminários municipais e estadual.

O PNAIC oferece um suporte pedagógico que estão divididos entre jogos e livros paradidáticos o que facilita a aquisição da leitura, a apropriação do Sistema de Escrita Alfabética e o raciocínio lógico dos alunos.

Dessa forma, conclui-se através deste artigo, dando ênfase nas falas dos coordenadores municipais, formadores, professores orientados de estudo e alfabetizadores que o PNAIC forma um cenário de sucesso para alfabetização das crianças cearenses.

5.Referências Bibliográficas

Brasil. *Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa : formação do professor alfabetizador : caderno de apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília : MEC, SEB, 2012. 40 p.*

_____. Ministério Público Federal. Ação Civil Pública. Brasília, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica e conhecimento científico: Métodos científicos. Teoria, hipóteses e variáveis. Metodologia jurídica.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEC/PNAIC/UFC. Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa. Brasília. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; **Pesquisa Social - Teoria, método e criatividade.** 8ª ed. Vozes. 1994.

PÁDUA, Elisabete M.M. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática.** 12ª ed. São Paulo: Papirus, 2004.

SIMONETTI, Amália. **O desafio de Alfabetizar e Letrar.** 2ª Edição. Fortaleza: Editora IMEPH, 2007.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto 2003ª.

Mestre em Ciências da Educação na Universidade de Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual de Santa Catarina – UNDESC e Metodologia do Ensino Fundamental e Médio pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA, graduada em Pedagogia e Letras. Professora de Língua Portuguesa. E-mail: neliahelcias@yahoo.com.br.

Mestre em Ciências da Educação na Universidade de Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Ceará – UECE e Metodologia do Ensino Fundamental e Médio pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, graduada em Pedagogia e Letras, Professora das Faculdades INTA do curso de Pedagogia. E-mail: francirenetp@hotmail.com.

Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú- UVA, graduado em História e Geografia pela Universidade Estadual do Vale do Ceará – UVA, professor de História e Geografia. E-mail: jrsatierf@hotmail.com.

Recebido em: 26/06/2015

Aprovado em: 27/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: